



NOTA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL

O Conselho Universitário da UFAL (CONSUNI) vem publicamente se manifestar a respeito das graves denúncias que envolvem o Presidente da República e seu aparato político, parlamentares e grandes corporações, e que atingem a nação brasileira, causando a indignação da população e reiterando o caráter ilegítimo do atual governo.

Diante dessa realidade, defende:

- 1 - Que seja garantida a soberania popular com eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente, conforme preconiza o Art. 14 da Constituição Federal de 1988, impedindo qualquer alternativa que tenha como propósito a permanência no poder dos que destroem a democracia, a ética pública e os direitos sociais;
- 2 - Que as reformas previdenciária e trabalhista, em tramitação no Congresso Nacional, sejam imediatamente suspensas, pois retiram direitos historicamente conquistados pela população brasileira;
- 3 - A Universidade pública, gratuita e seu financiamento público, visto que os constantes cortes e contingenciamentos orçamentários têm impactado na continuidade das obras; na contratação de pessoal; na compra de equipamentos; nas condições de permanência dos estudantes; na precarização das condições de trabalho de Docentes e Técnicos-Administrativos, podendo levar, inclusive, à paralisação do funcionamento das atividades universitárias;
- 4 - A Universidade, patrimônio da sociedade, com atuação em ensino-pesquisa-extensão e através de sua produção científica e tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento da nação brasileira e para a formação desta e das gerações futuras, portanto, devendo ser considerada prioridade nas políticas governamentais;
- 5 - Que seja garantido o livre direito à manifestação e associação em consonância com os preceitos constitucionais, assim como urge que o governo brasileiro cumpra suas obrigações internacionais com relação aos direitos humanos, elegendo como prioridades o respeito e a garantia do direito à vida, à integridade pessoal, o respeito à diversidade de gênero; étnico-racial; sexual e religiosa, entre outros direitos fundamentais.

Diante dessa realidade, o Conselho Universitário da UFAL conclama a comunidade universitária e a sociedade alagoana para a vigilância permanente na defesa do Estado Democrático de Direito, da soberania popular e dos direitos sociais e da Universidade Pública.

- Sala dos Conselhos Superiores da UFAL, em 05/06/2017 -